

Manifesto por uma OAB Democrática, Plural e em Defesa da Democracia, do Estado de Direito e dos Direitos Humanos

Este manifesto visa a defesa da democracia, a vida humana digna, os direitos humanos e a justiça, pilares da advocacia e da OAB.

A OAB deve estar sempre comprometida com a cidadania e a construção de uma sociedade justa e igualitária, a qual deve promover inclusão social, respeito à diversidade, e igualdade de gênero e raça.

Por esta razão, contextualizamos o mundo em que vivemos e, posteriormente, 7 pontos para OAB que queremos na gestão 2025-2027.

A humanidade enfrenta uma era de mudanças e incertezas: avanços tecnológicos incríveis coexistem com miséria, exclusão, destruição ambiental e risco de colapso climático. A excessiva concentração de riqueza ameaça a democracia e direitos fundamentais.

As instituições democráticas, incluindo a OAB, devem servir como dique de contenção, garantindo que a concentração de riqueza e interesses puramente privados não se sobreponham aos direitos da população. A democracia não deve ser meramente formal, mas se materializar no dia-a-dia da população, com igualdade, equidade e garantia da cidadania como objetivos a serem buscados e respeitados todos os dias.

A precarização do trabalho (desemprego e a uberização) gera lucros para poucos e incerteza para milhões, especialmente aos grupos mais vulneráveis.

A tecnologia deve auxiliar na formação de uma sociedade melhor, mais inclusiva e com respeito a todas as pessoas, não podendo ser utilizada para aprofundar as diferenças a propiciar a exploração de grupos vulneráveis. Da mesma forma, não se nega o direito ao lucro por parte das empresas, porém o lucro não pode suprimir a justiça social, saúde pública e educação.

Ainda é preciso falar sobre o ocorrido no Brasil na última década. O país viu a ascensão de movimentos autoritários que não aceitam a diversidade e buscam abafar as vozes contrárias às suas ideias. Houve a tentativa de um golpe contra a democracia, com perseguição política e ampla utilização de *fake news*, corrupção e desrespeito aos direitos humanos. A democracia foi por diversas vezes atacada, sendo que o questionamento ao processo eleitoral e à utilização de urnas eletrônicas e a invasão da Praça do Três Poderes são os exemplos mais tocantes de como forças antidemocráticas tentaram assaltar o país.

Esse movimento extremista se apoiou em políticas econômicas que beneficiaram o grande capital especulativo às custas do bem-estar social, resultando em mais de 700 mil mortes na pandemia de COVID-19.

Nesse contexto, a defesa da democracia e do Estado de Direito é ainda mais importante para a Ordem dos Advogados do Brasil, reconhecendo sua história e papel na sociedade.

OAB Cidadã: A Defesa dos Direitos Fundamentais, Democracia e Direitos Humanos

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) desempenha uma função essencial no Estado, defendendo a cidadania por meio da garantia da democracia, do Estado de Direito, do direito de defesa e dos direitos humanos. Com mais de 90 anos de história, a OAB se estabeleceu como um ator central na cena política brasileira. O sistema da OAB interage com a sociedade por meio do Conselho Federal, dos Conselhos Estaduais, de suas diretorias e comissões permanentes e temáticas.

As decisões dos conselhos e diretorias da OAB frequentemente têm grande impacto na sociedade. Contudo, são as comissões que permitem à sociedade acompanhar os estudos e a evolução da jurisprudência e da doutrina em diversas áreas do direito, com significativos reflexos no campo jurídico. A OAB

tem uma longa trajetória de lutas históricas, como a defesa dos direitos humanos e das liberdades durante a ditadura, (sendo junto com ABI e CNBB protagonista do processo de redemocratização em nosso país que resultou na lei 6683/79 que completa 45 anos, na sequência) a campanha pelas Diretas Já e pela Constituinte, demonstrando seu poder de mobilização.

A OAB e suas comissões protegem o livre exercício da advocacia, garantem o devido processo legal e, conseqüentemente, defendem o cidadão. Algumas comissões, ao lidar diretamente com temas de direitos humanos e justiça social, podem impactar significativamente o cotidiano das populações vulneráveis, ou ao menos, mitigar os danos que essas populações enfrentam.

Assim, o sistema OAB é um bastião crucial na defesa da sociedade brasileira contra a desigualdade e o autoritarismo, se faz importante uma "OAB Cidadã" que tenha suas raízes na atuação da Ordem como guardiã das garantias constitucionais e do Estado Democrático de Direito. Além de seu papel corporativista, a OAB desenvolve um trabalho fundamental de equilíbrio social, especialmente diante de governos autoritários e contrários aos direitos humanos. A sociedade brasileira reconhece e valoriza esse trabalho primordial da OAB.

Diante do exposto, os principais pilares, entre outros, que unem os signatários deste manifesto:

Defesa Intransigente do Estado Democrático de Direito: Compromisso com a defesa intransigente da democracia, suas instituições e os poderes da República.

Atuação pelos Direitos Humanos: Promoção e proteção dos direitos humanos, sociais, trabalhistas e previdenciários que garantem a dignidade humana.

Defesa das Prerrogativas da Advocacia: Garantir as prerrogativas da advocacia, essenciais para a defesa do cidadão, da justiça e para a existência de uma democracia plena e verdadeira.

Proteção da Justiça do Trabalho e Defesa da Justiça do Trabalho e de suas competências, especialmente em momentos críticos, como também a Defesa do Trabalho Digno.

Igualdade e Inclusão: Promoção da igualdade de gênero, igualdade racial e defesa das minorias, como quilombolas, indígenas e a população LGBTQIA+. Resgatar o princípio da isonomia, buscando a igualdade real e não apenas formal. Elevar o protagonismo e a presença de negros e mulheres nos espaços de poder, e garantir o equilíbrio e a igualdade de remuneração para funções equivalentes, para que não se perpetuem as iniquidades existentes.

Participação da Jovem Advocacia: Proporcionar à jovem advocacia uma participação ativa nas decisões da OAB, um espaço acolhedor para desenvolver formas de conexão para uma melhor inserção no mercado de trabalho de forma ética, e oferecer cursos práticos para aprimorar suas habilidades de litígio.

Honorários Justos: Defender honorários justos para os advogados da assistência judiciária, garantindo o atendimento adequado aos hipossuficientes da sociedade paulista.

Entidades

Associação Brasileira de Juristas pela Democracia São Paulo- ABJD

Associação Nacional de Advogados e Advogadas pela Democracia São Paulo- ADJC

Advogadas Independentes Campinas

Associação Nacional da Advocacia Negra- ANAN

Movimento da Advocacia Trabalhista Independente- MATI

Observatório Jurídico de Guarulhos

Sindicato das Advogadas e Advogados do Estado de São Paulo- SASP



OBSERVATÓRIO JURÍDICO
DE GUARULHOS

SASP

SINDICATO DAS ADVOGADAS E ADVOGADOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO